Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 12/2026

8 a 21 de julho de 2026

Sumário Executivo

Com superlativa agenda https://docs.un.org/en/E/HLPF/2026/1 realizou-se na última quinzena (7-15 de julho), o **Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável 2026** (**HLPF**, no seu acrônimo em inglês), em Nova York, na sede da ONU, e no âmbito da reunião anual do *ECOSOC (Conselho Econômico-Social das Nações Unidas)* (foto da capa). O tema do HLPF 2026 foi "*Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para um futuro sustentável para todos*". Reconhecendo plenamente a natureza integrada, indivisível e interligada dos ODS, o HLPF de 2026 analisou, em profundidade, os seguintes ODS: ODS 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos; ODS 7. Garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos; ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

36 países apresentaram seus *Relatórios Nacionais Voluntários (RNV)* no HLPF 2026, inclusive o **Brasil**, e mais: Albânia, Argélia, Bahrein, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Democrática do Congo, Egito, Estônia, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Itália, Jamaica, Jordânia, Kiribati, Libéria, Malawi, Ilhas Marshall, Moçambique, Noruega, República da Moldávia, Ruanda, São Cristóvão e Névis, Arábia Saudita, Senegal, Somália, Suíça, Togo, Tonga, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia e Uruguai.

Mais de 100 ministros e representantes de alto nível, líderes seniores da ONU e mais de 1.300 representantes de partes interessadas participaram do evento. Na oportunidade foram divulgados e debatidos três importantes informes do *Secretário Geral* sobre os ODS, de natureza mais política; o balanço oficial da ONU sobre os ODS, preparado do *Departamento Econômico Social das Nações Unidas (UN/DESA)*, de caráter mais técnico; e o informe da *Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN),* todos eles disponíveis no site oficial da HLPF: https://hlpf.un.org/2026.

Ficou claro que o progresso na direção do alcance das metas dos ODS é possível, mas não é automático, e depende de liderança política, políticas sólidas, investimentos e parcerias robustas. Tudo isto, num mundo fragmentado, com nítidas polarizações, e um multilateralismo combalido, não será fácil, mas, para isso, os países, grupos da sociedade civil e pessoas politicamente comprometidas com o desenvolvimento sustentável, equitativo e inclusivo, terão que atuar.

Especificamente quanto ao Objetivo 7, houve consenso que a energia renovável está se expandindo em bom ritmo, não apenas em ampliação de megawatts com matriz energética mais limpa, mas também com garantia de acesso à energia confiável e a preços acessíveis. Sobre o

Objetivo 6, concluiu-se que a segurança hídrica depende de instituições resilientes, gestão integrada da água e investimentos contínuos. Em relação ao Objetivo 9, ficou claro que a inovação precisa chegar tanto às pequenas empresas quanto às grandes companhias. Quanto ao Objetivo 11, que é nas cidades que os ODS "se tornam realidade", por meio de melhores condições de habitação, transporte público e serviços públicos.

A *Declaração Ministerial* é o principal documento político que emana do HLPF https://press.un.org/en/2026/ecosoc7234.doc.htm. O documento de 2026 reconhece que a Agenda 2030 e seus ODS permanece como o roteiro fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável e insta os países a "agir com urgência" para acelerar sua implementação da Agenda 2030. Embora tenham apresentado visões divergentes sobre clima, gênero, paz e segurança e dívida, os ministros concordaram, ao final, que alcançar os ODS exigirá liderança política mais forte, investimentos, parcerias e resultados mensuráveis. Reproduzimos na íntegra, em inglês, a declaração. ***Alcázar*** a comenta em seu artigo para este fascículo.

Em 2027, o tema do ECOSOC e do HLPF de 2027 será: "*Ampliar as transições justas para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a plena implementação da Agenda 2030 e de seus ODS*". Os ODS a serem analisados em profundidade são os *Objetivos 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 15 (Vida Terrestre) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).*

Cúpula dos ODS em 2027: a cada quatro anos, o HLPF se reúne sob os auspícios da *Assembleia Geral* em nível de Chefes de Estado e de Governo. A próxima Cúpula dos ODS será realizada em setembro de 2027, na sede da ONU, em Nova York.

Na **Venezuela**, transcorrido um mês dos dois terremotos sucessivos do dia 24 de junho, já foram retirados mais de 5.000 corpos que se encontravam sob os escombros, na região centro-norte, a mais afetada, sendo La Guaira o estado mais gravemente impactado. A *Organização Panamericana da Saúde* está coordenando a distribuição de toneladas de suprimentos médicos de emergência, kits de trauma, tratamento para desnutrição aguda e medicamentos para doenças crônicas. Além disso, a **OPAS** lançou um apelo global de US$ 24 milhões para restaurar a capacidade do sistema de saúde, que já operava em déficit antes dos desastres. O trabalho é focado em estabilizar o sistema de saúde e evitar surtos em abrigos temporários (ver: https://www.paho.org/pt/noticias/14-7-2026-resposta-do-setor-saude-ao-terremoto-na-venezuela-entra-na-fase-inicial e https://www.paho.org/en/documents/situation-report-no5-earthquakes-venezuela-2026-m72-and-m75). O governo brasileiro continua enviando ao país ajuda humanitária e para situações de emergência.

Na OMS, realizou-se, de 6 a 17 de julho, a sétima reunião do **Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) sobre o Acordo sobre Pandemias da OMS** WHO Pandemic Agreement como foco no tema polêmico do acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS) Outcome of the open-ended Intergovernmental Working Group on the WHO Pandemic Agreement in relation to the drafting and negotiation of the Annex described in Article 12 of the WHO Pandemic Agreement, sobre o qual, depois de 2 anos de trabalho do Grupo, ainda restam divergência entre os países. O programa de trabalho desenvolvido se encontra em WHO | IGWG7 e foto na nossa capa ilustra a reunião. Após duas semanas de negociações, os países reafirmaram seu compromisso de desenvolver um sistema PABS que permita o rápido compartilhamento de patógenos com potencial pandêmico, garantindo, ao mesmo tempo, a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes de seu uso, incluindo vacinas, diagnósticos e tratamentos para pandemias. Eles refinaram ainda mais a

minuta do texto, ao mesmo tempo em que deram continuidade às consultas sobre questões mais complexas para avançar em direção a um consenso. As discussões concentraram-se em vários elementos inter-relacionados do sistema PABS, incluindo os arranjos contratuais que sustentam a estrutura, a organização das redes laboratoriais responsáveis pelo compartilhamento e manuseio de patógenos com potencial pandêmico e suas informações de sequenciamento, e a definição dos benefícios decorrentes do compartilhamento de patógenos. O IGWG realizará sua oitava reunião de 14 a 18 de setembro de 2026. Leia mais no artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** neste fascículo.

Esta protelação absurda de decisões concretas e imediatas no IGWG ocorre simultaneamente à rápida expansão da epidemia por Ébola (ou *Bundibugyo virus disease [BVD]*) https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2026-DON613 como se nada estivesse ocorrendo na distante fronteira da República Democrática do Congo e Uganda (foto da capa), nem que casos já comecem a pipocar no Ocidente.

As guerras e os sacrifícios humanos e ambientais

O frágil cessar-fogo na guerra entre **EUA e Irã** foi rompido e bombardeios mútuos seguem em curso. A disputa pelo controle do estreito de Ormuz continua intenso, produzindo impactos econômicos no mundo todo. Qual a próxima neste 'novo normal' entre os litigantes de 'guerra quente — guerra fria'?

Em **Gaza**, apesar da declaração do Hamas de que renunciava à administração da Faixa e depunha armas. Foram muito tocantes as imagens da população palestina assistindo jogos da Copa no Mundo em meio aos montes de destroços da Faixa. As mortes de inocentes, a fome, a desnutrição, as doenças e os serviços de saúde em frangalhos continuam. O **sul do Líbano** também continua sofrendo incursões das forças de ocupação de Israel, afetando a população que está retornando ao seu território. Tudo isso apesar das repetidas declarações de autoridades libanesas de que o Hezbolah estaria sendo controlado. Netanyahu não contém suas forças militares, infinitamente superiores. Tampouco o faz (e nem aos colonos israelenses usurpadores de terras) no território ocupado da **Cisjordânia**.

As Nações Unidas divulgaram estatísticas estarrecedoras que apontam que 21 mil crianças foram mortas em Gaza, pelos bombardeios israelenses, sempre com o apoio dos EUA (foto da capa). Na Ucrânia quase 800 crianças foram aniquiladas pelas forças russas; números de crianças mortas na Rússia são desconhecidos. Erich Hartmann, piloto alemão da Segunda Guerra Mundial, disse há já bastante tempo que "*a guerra é um lugar onde jovens que não se conhecem e não se odeiam se matam por decisão de velhos que se conhecem, se odeiam, mas não se matam*". Podemos acrescentar, agora que *"a guerra é uma das causas mais abjetas de mortalidade na infância".*

O **Sudão** é o 3º maior país da África em área geográfica, atrás apenas da Nigéria e da República Democrática do Congo, com população de aproximadamente 40 milhões de habitantes. A guerra no país, em seu quarto ano, consiste em um conflito brutal pelo poder entre o exército oficial (SAF) e o grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido (RSF). O país enfrenta a maior crise humanitária do mundo, com cerca de 14 milhões de deslocados e cerca de 21 milhões de pessoas passando por insegurança alimentar aguda. Ataques contra civis, deslocamentos em massa da população, agressões sexuais contra mulheres e crianças, deterioração da assistência no campo da saúde e educação, colapso dos serviços básicos

continuam a assolar o país marcado por graves violações dos direitos humanos. Os ataques continuam se intensificando nos últimos tempos e as violações se tornaram sistemáticas, ligadas a questões étnicas, políticas, religiosas e geográficas. O conflito, que tem forte participação de interesses externos e potências estrangeiras. O mundo está virado de costas para estes horrores.

Proteger Cuba

Repetimos aqui um chamado a todos os democratas do mundo e, particularmente, da América Latina, para prestar concreta solidariedade com a população cubana, que vive imensa crise humanitária, e em defesa da soberania da ilha caribenha, que já deu exemplos contundentes ao mundo do que pode o Estado e a sociedade fazer pela educação e saúde de uma população, mesmo na vigência de cruéis adversidades impostas por um bloqueio econômico de dezenas de anos, ampliada pelo atual governo dos EUA.

Da Europa aos BRICS, o mundo acelera a corrida pela soberania nos pagamentos

A União Europeia não é a única a movimentar-se para acabar com a dependência face às gigantes norte-americanas. Os BRICS têm assumido um papel central na criação de novas infraestruturas de pagamentos e no Reino Unido há um projeto ambicioso que dá os primeiros passos.

Durante anos, a dependência do sistema de pagamentos das gigantes norte-americanas Visa e Mastercard foi vista apenas como um detalhe técnico — uma espécie de "preço a pagar" por um serviço ou produto. No entanto, com a chegada de Donald Trump ao poder, a possibilidade de esta infraestrutura ser utilizada como uma arma geopolítica veio aumentar a necessidade de alcançar a soberania – e BRICS, a União Europeia (UE) e outras regiões e grupos de países começam a se mover rapidamente nesse sentido.

Ao mesmo tempo, as estrepolias econômicas de Trump continuam: nesta semana aplicou 50% sobre a maioria das exportações do Canadá e, como amplamente anunciado, 25% sobre exportações brasileiras para os EUA. Novas tarifas são esperadas, sem estar claro sobre que países e que tamanho terão.

FAO lança relatório mundial sobre alimentação e segurança alimentar

Três anos consecutivos de progresso na redução da fome global demonstram que a fome não é inevitável, afirmou nesta terça-feira o Diretor-Geral da *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)*, *Qu Dongyu*, durante o lançamento da edição de 2026 do relatório "*O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo* (SOFI)" (foto da capa). Segundo o relatório SOFI, estima-se que 645 milhões de pessoas (7,8% da população mundial) enfrentaram a fome em 2025. Esse número representa quase 14 milhões de pessoas a menos do que em 2024 e 43 milhões a menos do que no pico registrado em 2022. A situação da insegurança alimentar também melhorou. Em 2025, cerca de 2,1 bilhões de pessoas vivenciaram insegurança alimentar moderada ou grave — quase 86 milhões de pessoas a menos do que no ano anterior. Os maiores avanços foram registrados na América do Sul e na Ásia, particularmente no Sul da Ásia. Ao discursar no evento de lançamento, realizado na sede da FAO em Roma, Qu afirmou que as conclusões do relatório demonstram que ações políticas decididas podem gerar resultados.

Resultado do calor extremo, incêndios florestais multiplicam-se pelo mundo

Estar na Costa Leste dos EUA na semana passada proporcionou a um dos nossos editores (PMB) viver o dramático momento da invasão de megatoneladas de fumaça que cobriram os céus da região, vindas das queimadas do Canadá. Garganta irritada, olhos lacrimejantes e dificuldade para respirar, foi possível presenciar o que poderá ser o "novo normal", dada a frequência com que estas queimadas têm se repetido e os ventos espalhado seus efeitos por largas porções de territórios (foto da capa). No Brasil também temos tido as queimadas amazônicas, do Pantanal e do Cerrado. No caso da Amazônia, entretanto, a boa notícia dada esta semana pelo *Relatório Anual do Fogo no Brasil* publicado pelo *MapBiomas,* foi que entre 2024 e 2025 as queimadas reduziram a metade e 31% em relação à média histórica de 2005 a 2025, constituindo-se na menor área queimada dos últimos 41 anos.

Todas as regiões do mundo têm sido afetadas nos verões tórridos, com importante perda de biodiversidades e impactos sobre a saúde humana e planetária, incluindo aí o degelo das calotas polares e a invasão das águas sobre terras insulares baixas no Pacífico. Não esquecer, tampouco, o impacto direto do calor intenso, ameaçando de forma inequitativa a vida de idosos, crianças e famílias mais pobres. A questão é global, permanente e crescente, como o é o negacionismo climático de alguns governos de grandes países responsáveis pela maior parte das emissões. Até quando?

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** trata do HLPF 2026, que este ano propõe a realização do Compromisso de Sevilha para fechar o gap financeiro de US$ 4 trilhões e avançar na Agenda 2030. Os debates do HLPF são estimulantes e dão razão à esperança, mas é preciso levar em conta o pano de fundo que está aí e não pode ser ignorado. O artigo discorre sobre esse pano de fundo que orienta os debates e molda as opiniões. No final, o pano de fundo se confunde com um lenço de bolço levado ao nariz.

Esteves apresenta os resultados brasileiros da terceira onda do *survey* da *Körber Emerging Middle Powers Initiative* (KEMP), realizada entre janeiro e abril de 2026 junto às comunidades de política externa de Brasil, Alemanha, Índia, Indonésia e África do Sul. Três achados organizam o argumento. Primeiro, a avaliação dos Estados Unidos deteriorou-se em todas as frentes (influência global, impacto sobre o Brasil e dominância do dólar), movimento que o texto associa aos efeitos da doutrina Donroe sobre as instituições multilaterais e sobre a América Latina. Segundo, a aprovação recorde da condução da política externa brasileira (88%) configura um *rally around the flag*: diante da coerção externa, a comunidade cerra fileiras em torno do governo. Terceiro, os respondentes articulam uma agência reconstrutiva de potência

média, voltada à reforma da governança global, à multiplicação de grupos como o BRICS e ao pluralismo monetário, sem trocar Washington por Pequim: o não alinhamento e o hedging permanecem majoritários.

No âmbito do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, o informe de ***Gaspar e De Negri Filho*** apresenta uma síntese do relatório da Relatora Especial das Nações Unidas sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas, Elisa Morgera, intitulado *Transformar os sistemas alimentares para garantir um clima seguro e saúde para todos*. O documento analisa as relações entre sistemas alimentares, combustíveis fósseis, mudanças climáticas e direitos humanos, destacando os impactos da agricultura industrial, dos pesticidas, fertilizantes e plásticos sobre o clima, a biodiversidade e a saúde humana. O relatório enfatiza os efeitos desproporcionais desses modelos sobre povos indígenas, comunidades camponesas, pescadores artesanais, mulheres e crianças, cujos direitos à alimentação, à saúde, à água, ao território e à cultura são frequentemente afetados. Também discute a concentração do poder corporativo, a desinformação climática e a necessidade de fortalecer sistemas agroecológicos, a pesca baseada em ecossistemas e os conhecimentos tradicionais como estratégias centrais para a justiça climática, a segurança alimentar e a proteção dos direitos humanos.

Reges, Bermudez e Galvão analisam a governança da saúde global que atravessa um período de intensa transformação, impulsionado por negociações multilaterais, pela atualização de recomendações baseadas em evidências e pela resposta a emergências sanitárias. Entre os principais avanços, destacam-se as negociações do Anexo de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios (PABS) do Acordo sobre Pandemias da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, que evidenciam diferentes perspectivas sobre os mecanismos de compartilhamento de patógenos, repartição de benefícios e fortalecimento da equidade entre países. Paralelamente, a atualização das diretrizes da OMS para redução do risco de declínio cognitivo e demência reforça a prevenção como estratégia prioritária, enfatizando a atuação sobre fatores de risco modificáveis, como atividade física, alimentação saudável, controle de doenças cardiometabólicas, interação social e redução da exposição à poluição do ar. No contexto das **emergências sanitárias**, a resposta ao surto de Ebola por vírus Bundibugyo demonstra avanços expressivos no desenvolvimento acelerado de diagnósticos, terapêuticos e vacinas, alinhados à Missão dos 100 Dias, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios persistentes relacionados à vigilância epidemiológica, ao acesso oportuno aos serviços de saúde, ao financiamento sustentável e à coordenação internacional. Em conjunto, esses temas ilustram a crescente integração entre ciência, inovação, políticas públicas e cooperação multilateral como elementos essenciais para fortalecer a preparação, a prevenção e a resposta às futuras emergências de saúde pública.

Magalhães e Galvão abordam temas na área de **saúde e ambiente**. A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou a primeira Agenda Regional de Pesquisa sobre Saúde, Migração e Deslocamento para a Região do Pacífico Ocidental, destacando que as mudanças climáticas intensificam o deslocamento populacional e ampliam os desafios para os sistemas de saúde. O documento aponta lacunas de conhecimento sobre os impactos da migração climática, especialmente em saúde mental, doenças crônicas, saúde materno-infantil e vigilância epidemiológica, e recomenda fortalecer sistemas de saúde inclusivos, melhorar a produção de dados, ampliar a vigilância climática e promover pesquisas que subsidiem políticas públicas baseadas em evidências. Entre 13 e 17 de julho de 2026, a 48ª Reunião do Grupo de Trabalho

Aberto (OEWG-48) do Protocolo de Montreal, realizada em Bangkok, discutiu a implementação da Emenda de Kigali e preparou as decisões da 38ª Reunião das Partes (MOP-38), prevista para novembro. As negociações reafirmaram o sucesso do Protocolo de Montreal na recuperação da camada de ozônio e destacaram a contribuição da Emenda de Kigali para a mitigação das mudanças climáticas por meio da redução gradual dos hidrofluorcarbonetos (HFCs). Os principais temas incluíram a reposição do Fundo Multilateral para 2027–2029, a adoção de tecnologias de resfriamento sustentáveis e eficientes, o fortalecimento da capacidade técnica dos países e o combate ao comércio ilegal de substâncias controladas. A primeira Pesquisa Deliberativa sobre resistência antimicrobiana (RAM), realizada com 2.419 participantes de seis países de renda média, mostrou aumento do apoio a 43 das 45 propostas de políticas após discussão baseada em evidências. No Brasil, prevaleceu a abordagem de "prevenção em primeiro lugar", com preferência por supervisão profissional em vez de proibições totais do uso de antibióticos na pecuária.

Em relação à **saúde do trabalhador**, o artigo de ***Peres*** aborda a exposição de trabalhadoras e trabalhadores ao calor extremo, agravada pela mudança do clima, tem sido consistentemente associada à piora das condições de saúde, manifestada pela desidratação, aumento da temperatura corporal, aumento do estresse e da fadiga, assim como à piora das condições de saúde mental, entre diversos outros sintomas e agravos. Com maior incidência em trabalhadores que desenvolvem suas atividades ao ar livre, como os trabalhadores da construção civil, ciclo-entregadores e agricultores, a exposição ocupacional ao calor tem sido frequentemente descrita como um dos mais importantes impactos do trabalho contemporâneo, em um contexto de emergência climática, com evidências registradas em diferentes partes do planeta, especialmente em países do Sul Global com intensa atividade econômica, como o Brasil e outros países latino-americanos. A natureza precarizada e autogestionada do trabalho em plataformas — onde a remuneração depende da aceitação contínua das tarefas, limitando intervalos e aumentando a jornada de trabalho — pode reduzir a capacidade dos trabalhadores de se adaptarem durante os picos de calor, levando estes trabalhadores a exceder, frequentemente, sua capacidade de trabalho físico, independente do aumento do stress térmico. Um contexto de vulnerabilidade que não decorre, portanto, apenas da exposição ambiental, mas da convergência entre os fatores ambientais/climáticos e outros, próprios da organização do trabalho, como a gestão algorítmica, a remuneração por tarefa e a ausência de proteções sociais básicas. Conclui-se que, neste contexto, torna-se urgente elaborar e implementar novas normas e orientações específicas para a mitigação e adaptação das estratégias para a garantia e a promoção da saúde do trabalhador à mudança do clima, a partir da legítima cooperação entre governos, organizações de empregadores e de trabalhadores — base fundamental para o desenvolvimento de políticas práticas e eficazes no mundo do trabalho.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta um panorama das notícias da última quinzena sobre a temática de saúde e mobilidade humana. Primeiro, são comentadas duas questões relacionadas às mudanças climáticas: a nova agenda de pesquisa em migração, refúgio e mudanças climáticas da OMS para o Pacífico Oeste e a análise da OPAS sobre os impactos do El Niño sobre a saúde no continente americano. A nova agenda de pesquisa da OMS, lançada em julho, busca compreender e responder às lacunas de conhecimento sobre migrações e refúgio na região do Oeste do Pacífico e que são obstáculos para a formulação e implementação de políticas que garantam a cobertura universal de saúde. A agenda engloba quatro temas principais e foi elaborada pela OMS em colaboração com outras

agências das Nações Unidas, a academia e a sociedade civil organizada. Já a análise de situação da OPAS investigou os efeitos do El Niño, que deve ocorrer entre meados de 2026 até 2027, sobre a saúde, desde o risco aumentado de doenças infecciosas, agravamento de doenças crônicas por estresse térmico, sobrecarga e impactos diretos sobre os sistemas de saúde e sobre as cadeias de suprimento no continente. No documento, a OPAS destaca as consequências ainda mais profundas sobre as populações em situação de vulnerabilidade, entre elas, as comunidades migrantes e refugiadas. Depois, o informe traz um novo estudo do ACNUR no Brasil em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, em que, a partir dos dados do mercado de trabalho formal, da arrecadação tributária e das contas públicas entre 2018 e 2024, foi possível identificar o impacto positivo da inclusão socioeconômica de pessoas refugiadas para a economia brasileira. Finalmente, é discutida a atuação do ACNUR na recepção e integração de refugiados haitianos no Brasil, diante a um aumento no número de pessoas em deslocamento vindas do país. As estratégias de acolhimento envolvem desde o acesso imediato a informações de documentação, serviços essenciais e de proteção até a integração local e a promoção de direitos.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Massari, Vilella e Gomes*** apresentam o *Children's Climate Risk Report 2026*, publicado pelo **UNICEF**, destacando seus principais conceitos, indicadores e evidências sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde e no desenvolvimento infantil. O relatório demonstra que a vulnerabilidade das crianças resulta da interação entre a exposição a múltiplos riscos climáticos, as características próprias do desenvolvimento infantil e as limitações no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, proteção social, água, saneamento e nutrição. Essa combinação amplia as desigualdades, compromete o exercício de direitos e intensifica os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde e o bem-estar das crianças. Por fim, o artigo analisa a participação da **ONU Mulheres** no *High-Level Political Forum on Sustainable Development* (HLPF) 2026, discutindo seus principais posicionamentos e os desafios para transformar os compromissos internacionais em políticas efetivas de promoção da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável.

Gaspar e Sanglard aprofundam o Informe 11-26 **UNESCO**, dedicado às iniciativas da Organização para a promoção da tolerância, da dignidade humana e dos direitos humanos fundamentais. Analisam a construção histórica da agenda antirracista da UNESCO a partir das Declarações sobre Raça de 1950 e 1951, das reações científicas e políticas que elas suscitaram e de sua influência sobre convenções internacionais posteriores. As autoras examinam ainda o Programa UNESCO sobre Relações Raciais no Brasil, a História Geral da Humanidade, a Rota das Pessoas Escravizadas, as Rotas da Seda e os atuais Fóruns Globais contra o Racismo e a Discriminação, evidenciando a contribuição da UNESCO para a consolidação de uma cultura internacional baseada na igualdade, na diversidade cultural e nos direitos humanos.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson, William e Oliveira e Silva*** discutem as perspectivas globais e regionais para o alcance das metas para 2030 em relação à fome e à pobreza, explorando como os choques externos e os choques políticos e militares têm afetado a segurança alimentar e nutricional global. Dentre os choques externos, damos destaque particular para as potenciais consequências do El Niño entre 2026 e 2027, que pode agravar fenômenos climáticos extremos e causar impactos sobre a produção e acesso a alimentos em nível global, particularmente em populações em situação de vulnerabilidade.

Cazumbá traz informes sobre o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** e o **Banco Mundial (BM)** que divulgaram em julho as suas cooperações na Venezuela e na Faixa de

Gaza. O BID preparou um pacote de subsídios para apoiar a Venezuela devido aos fortes terremotos que atingiram uma parte do país, no final de junho. O BM apresentou que irá seguir apoiando a Faixa de Gaza através de projetos que envolvam o atendimento a emergências, a reparação, reconstrução de Gaza e da Cisjordânia.

Tavares Soares aborda o Sul Global, tratando da inserção dos **Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs)** no Sul Global, com uma introdução que analisa a relevância geral desses Bancos no financiamento e apoio técnico de Projetos de Desenvolvimento para os países do Sul Global. Em seguida se detalha o papel e a contribuição dos principais Bancos Regionais do Sul Global: do Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco dos BRICS (NDB), do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF).

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe examina o processo de reforma institucional da OMC e o andamento das negociações multilaterais após a 14ª Conferência Ministerial, as prioridades políticas e normativas discutidas nas Assembleias da OMPI de 2026 e a crescente centralidade da propriedade intelectual e da inteligência artificial na economia mundial. Analisa as principais conclusões do *World Intangible Investment Highlights 2026*, evidenciando a expansão do investimento em ativos intangíveis e a posição do Brasil nesse cenário, bem como os resultados do *World Investment Report 2026* e do painel sobre dependência de commodities da UNCTAD, que revelam a crescente concentração do investimento internacional, os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento e a persistência da reprimarização das exportações brasileiras.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** monitoraram nesta quinzena, 62 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)**, das quais 42 fizeram manifestações relevantes para esse informe. Entre as **organizações de interesse público**, conflitos armados na Palestina, na Ucrânia e no Sudão dominaram as preocupações. A crise na Venezuela, agravada por terremotos, também mobilizou as OSC, notadamente as que prestam serviços humanitários. O surto de Ebola na RDC foi outro tema frequente das manifestações que destacam a insuficiência da resposta internacional. A Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, a covid longa, os determinantes sociais da saúde, a equidade e os direitos humanos foram temas abordados por várias organizações. Também a interseção entre clima e saúde, o fortalecimento dos sistemas de saúde, a Cúpula da OTAN e o uso responsável da IA foram temas de várias manifestações. As **organizações de interesse privado**, por sua, concentraram-se em três eixos. Em resposta a epidemias, a Fundação Rockefeller apoiou a assistência internacional para o Ebola, a Wellcome revisitou lições da epidemia e a GAVI destacou desafios logísticos e avanços das vacinas de mRNA. Em inovação e governança de dados, GAVI, Wellcome e FIND abordaram inteligência artificial, governança de dados e parcerias científico-tecnológicas. Em financiamento, a Fundação Rockefeller criou comissão para reformular a assistência internacional, a Wellcome ajustou processos de financiamento e a FIND ampliou o programa Access to Continuous Glucose Monitoring Technologies for Equity in Diabetes Management (ACCEDE).

De Negri e De Negri Filho examinam os entrelaçamentos estruturais entre dívida soberana, recuo do financiamento climático e o desmonte sistemático dos sistemas de saúde no Sul Global. No bloco Panorama, analisam o abandono da meta de financiamento climático pelo

Banco Mundial sob pressão dos EUA, a lacuna entre compromissos climáticos internacionais e o financiamento efetivo para adaptação da saúde, a crise humanitária na Venezuela pós-terremoto sob décadas de sanções estadunidenses que custaram centenas de bilhões em receitas petrolíferas perdidas, e o apelo da China pela revitalização da ONU em meio às crescentes tensões geopolíticas. No bloco Saúde, examinam a destruição da infraestrutura de saúde em Gaza e no Líbano como tática genocida, o alvejamento sistemático de trabalhadores da saúde palestinos, o marco da saúde planetária para compreender o adoecimento em contextos de conflito, o impacto devastador do acordo farmacêutico entre EUA e Reino Unido sobre o NHS, e a ameaça global da desinformação à ciência e à segurança sanitária.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. No Fórum Político de Alto Nível (HLPF) de 2026, as articulações das nações em desenvolvimento consolidaram a pressão por reformas estruturais, espaço político e novos mecanismos de governança global. O UNOSSC pavimentou o lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST), previsto para 11 de setembro. Em parceria com o Uruguai (presidência do G-77), defendeu a integração da CSST nas Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) e co promoveu debates sobre a reforma da ONU (UN80) e a revisão da BAPA+40, focando em soberania tecnológica, saúde e transição energética justa. Como exemplo prático de CSST estruturante, destacou-se a parceria em saúde entre Brasil e Angola (2023–2027). Financiado com US$ 200 milhões do Banco Mundial, o projeto visa capacitar 38 mil profissionais angolanos por meio de diversas universidades brasileiras, incluindo a participação da Fiocruz e atualizará o mapa entomológico para fortalecer o sistema de saúde local. Articulação G-77 + China e MNA: Os blocos intensificaram a defesa do multilateralismo e celebraram a adoção da Declaração Ministerial do HLPF. Exigiram a reforma da arquitetura financeira internacional, o cumprimento do financiamento climático por países desenvolvidos e o respeito às responsabilidades compartilhadas. Na AGNU, uniram-se ao massivo consenso internacional contra o bloqueio econômico dos EUA a Cuba, enquanto o NAMYO celebrou três anos em Baku promovendo capacitação sustentável. A atuação do Centro Sul em fóruns paralelos evidenciou as assimetrias globais. O órgão criticou o vácuo jurídico na OMC gerado por subsídios unilaterais norte-americanos, combateu o monopólio na governança da IA e defendeu flexibilidades em propriedade intelectual (OMPI) voltadas ao interesse público.

Bissio nos traz um olhar atento sobre o panorama internacional que nos permite constatar que nos encontramos numa etapa histórica caracterizada por transformações profundas. Essas mudanças ficam mais perceptíveis se fizermos um exercício simples: pensar como era o mundo um século atrás.

Ungerer analisa o papel dos Centros Colaboradores (CC) na Reforma da OMS e na Iniciativa ONU80, abordando sobre o Primeiro Fórum Global de Centros Colaboradores (CCs) da OMS, realizado em Lyon, França, em abril de 2026, e que se consolidou como uma plataforma única de discussão. Com uma participação híbrida de 577 Centros Colaboradores de todas as partes do mundo, o Fórum apresentou uma grande diversidade e o compromisso técnico. A OMS enfatizou que a estrutura dos Centros Colaboradores, historicamente fragmentada e atuando isoladamente, precisa evoluir urgentemente de “centros individuais” para um modelo de parceria e rede global conectada. O objetivo deve ser potencializar o impacto coletivo, aperfeiçoar a governança compartilhada e alinhar as capacidades técnicas científicas com as prioridades dos países e o 14º Programa Geral de Trabalho (GPW14) da OMS.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa o panorama do **G20** no período antecedente aos encontros da Trilha de Finanças em Asheville, destacando duas entregas centrais. No campo regulatório, examina-se o relatório do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) sobre boas práticas para a adoção responsável da Inteligência Artificial no setor financeiro. Paralelamente, avaliam-se as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ciclo 2022–2026, que evidenciam uma acentuada assimetria fiscal no bloco, caracterizada pela forte expansão do endividamento em países como China e Brasil, em contraste com a estabilização e a desalavancagem observadas em economias como Itália, Argentina e Japão. A quinzena de 6 a 19 de julho de 2026 acionou os instrumentos do **G7**: declaração conjunta dos chanceleres sobre o Sudão; o Apelo da Martinica; o debate sobre a exequibilidade dos padrões de governança da inteligência artificial; a corrosão do teto de preços sobre o petróleo russo; e a tarifa de 25% imposta ao Brasil. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a divulgação da edição mais atual de seu panorama sobre emprego em perspectiva internacional, dois estudos sobre inteligência artificial e mercado de trabalho, um relatório sobre tributação internacional, uma pesquisa sobre surveys de saúde, um panorama sobre cadeias de valor globais e um estudo sobre políticas de desenvolvimento sustentável.

Hoirisch informa que durante a última reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional dos **BRICS** em junho em Délhi, os representantes discutiram a natureza dos desafios de segurança nacional em rápida evolução, bem como o papel das novas tecnologias nas ameaças emergentes à segurança. Na ocasião, o chanceler da China Wang Yi, fez uma série de sugestões como a proteção do multilateralismo; o enfrentamento dos desafios globais de energia e da segurança alimentar; o reforço da cooperação em matéria de recursos minerais estratégicos; a manutenção da atenção para os riscos representados pela Inteligência Artificial e a regulamentação do seu desenvolvimento e o apoio à ONU como principal canal para a promoção do ciberespaço global e da governança digital. As proposições da China fazem sentido. Os países do BRICS projetaram um pico de demanda de energia nos próximos anos que está sendo impulsionado pela rápida expansão de *data centers*, inteligência artificial e veículos elétricos. Para sustentar essa demanda, será importante armazenar energia combinando tecnologias de baterias e projetos hidrelétricos por bombeamento. Para lidar com a insegurança alimentar, os BRICS vêm discutindo a Bolsa de Grãos (*BRICS Grain Exchange*) com o objetivo de fortalecer o comércio de grãos alimentícios e as cadeias de suprimentos dos países. Em relação aos recursos minerais estratégicos, a exemplo da Índia, os países deveriam incluir as terras raras no seu Índice de Produção Industrial, um dos principais indicadores usados para medir a atividade econômica dos países. Poderiam perseguir o modelo da Indonésia, uma potência em minerais críticos que criou uma agência estatal voltada à gestão desses recursos nacionais e impôs restrições às exportações. A reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional dos BRICS ocorreu em um momento crucial, antes da Cúpula de Líderes dos BRICS agendada para setembro, na Índia.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** abordam sobre os índices macroeconômicos que melhoraram no último semestre, mas as dificuldades de economias muito vulneráveis a choques externos ainda prevalecem na América Latina. O tema da insegurança cresce como agenda política da região e fortalece pressões externas, como a dos EUA, para ações unilaterais, como sanções a grupos de narcotraficantes, como as multilaterais, como a Grande Aliança. Argentina reivindica a soberania das Malvinas e da produção científica, tecnológica e produtiva. O governo boliviano tenta procurar os culpados pelas paralisações sociais dos últimos meses. O governo mexicano tenta buscar tratamento digno para migrantes.

E por fim, a ONU se aproximou da Colômbia para lembrar da importância do processo de paz e do Haiti para denunciar a crise da insegurança e vulnerabilidade social.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, trazem notícias que a Escola de Saúde Pública do INS de Moçambique (ESP/INS) foi inaugurada em Maputo, com a presença de autoridades moçambicanas e brasileiras, incluindo representantes da Fiocruz. A instituição visa ampliar a qualificação de recursos humanos e fortalecer o sistema de saúde, alinhando-se ao Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP e à designação do INS como Centro de Excelência do CDC África. A escola ofertará cursos de curta duração e programas de pós-graduação em áreas estratégicas, apostando na transformação digital para alcançar profissionais em diversas regiões do país. Simultaneamente, noutra parte do continente, a situação epidemiológica do Ebola na República Democrática do Congo deteriorou-se, expandindo-se geograficamente para cinco Províncias, com o registro de 339 novos casos e 198 mortes no período. A taxa de letalidade atingiu 36,6%, indicando busca tardia por cuidados e alta mortalidade comunitária. A transmissão recente concentra-se na província de Ituri. O rastreamento de contatos permanece abaixo das metas operacionais. Uganda não registrou novos casos e aproxima-se da declaração de fim do surto, embora mantenha vigilância devido ao alto risco de reintrodução transfronteiriça. A resposta internacional, liderada pela OMS e parceiros, envolve o envio de suprimentos, ampliação de leitos, descentralização laboratorial, início do ensaio clínico PARTNERS e fortalecimento da triagem em pontos de entrada, enfrentando desafios como resistência comunitária, insegurança e restrições operacionais.

Faltando menos de quatro anos para o cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ***Marques*** afirmar que é notório o fracasso abismal da Agenda 2030. Múltiplas crises, disputas geopolíticas e econômicas, difícil acesso a recursos e tecnologias e as guerras e conflitos contribuíram para o grande retrocesso. Trazer para o informe os Relatórios Nacionais Voluntários (RNV) de somente oito países das regiões observadas, trouxe um gosto de fracasso. Por outro lado, olhar como os países da **Ásia** e do **MENA** começaram a traçar e avançar em estratégias de transição estrutural a serem implementadas até 2050, à medida que a meta 2030 virou "agenda morta", mostra que esses atores tomaram as rédeas para uma robusta arquitetura de governança de longo prazo. O objetivo do Marco Estratégico 2050 (ou Agenda 2050) não é apenas ser a sucessora da Agenda 2030; o foco deixa de ser "redução de danos" para ser a reconfiguração das matrizes tecnológicas, sanitárias e produtivas dos Estados. Nas regiões Ásia-Pacífico, Ásia Central e MENA, o horizonte 2050 não é apenas uma meta ambiental; é a espinha dorsal de planos de sobrevivência climática, transição geoeconômica e segurança alimentar. Olhar para o conjunto de documentos regionais percebe-se o paradoxo energético e tecnológico e que não existe um modelo único de sistema de saúde resiliente ao clima. O Marco 2050 trata a crise climática como um multiplicador de ameaças à saúde; o foco das agendas migrou de "metas econômicas isoladas" para a resiliência de sistemas de saúde frente ao estresse térmico extremo, à migração forçada e à insegurança alimentar crônica.

Em seu artigo, ***Lobato e Zamudio*** analisam que a China reforçou sua estratégia de liderança na governança global da inteligência artificial durante a WAIC 2026, em Xangai, defendendo cooperação internacional, regulação multilateral e acesso mais equitativo às tecnologias emergentes. O principal avanço foi a criação da *World Artificial Intelligence Cooperation Organization* (WAICO), assinada por 29 países, Brasil incluso, e voltada à coordenação internacional em IA. Complementando essa iniciativa, Pequim lançou um plano de

ação baseado em dados, capacidade computacional, padrões técnicos, ética e governança. A proposta busca transformar a cooperação em mecanismos concretos de capacitação tecnológica, consolidando a influência chinesa na definição das futuras regras globais da inteligência artificial. No campo científico, a posse da presidente da Academia Brasileira de Ciências, Helena Nader, como membro estrangeiro da Academia Chinesa de Ciências reforçou a crescente diplomacia científica sino-brasileira e a importância da cooperação internacional em inovação e pesquisa. Na área da saúde, a China ampliou sua Lista Nacional de Medicamentos Essenciais, incorporando terapias inovadoras para diabetes e câncer, enquanto estudos internacionais destacaram o fortalecimento da capacidade chinesa de pesquisa clínica e inovação farmacêutica. Persistem, contudo, desafios relacionados à inclusão de trabalhadores da economia de plataformas nos sistemas de proteção social. Entre os avanços tecnológicos, destacou-se o sucesso do foguete reutilizável Longa Marcha-10B, cuja recuperação controlada representa um marco para o programa espacial chinês. Por fim, a resposta coordenada a tufões e inundações evidenciou a capacidade estatal de mobilização, planejamento e uso de tecnologias avançadas de monitoramento e gestão de riscos, reforçando a imagem da China como potência tecnológica e organizacional emergente.

Bahadian analisa o impacto do aumento das tarifas alfandegárias sobre produtos brasileiros realizado pelo governo dos Estados Unidos. Esta medida contraria regras básicas do comércio internacional e se apoia em leis internas dos Estados Unidos (lei 301) em clara contradição com as regras da OMC e até mesmo do GATT, em particular a regra básica do intercâmbio internacional conhecida como “cláusula de nação mais favorecida”.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Fiocruz na Saúde Global

Oportunidades internacionais de financiamento (Fonte: FIOTEC)

1. Pasteur Excellence in Research and Leadership Program (PERL)

O objetivo do programa é promover projetos colaborativos inovadores entre um pesquisador principal do Instituto Pasteur de Paris e um dos Institutos da Rede Pasteur, apoiando a validação de conceitos para tornar os projetos competitivos para receber financiamento de alto nível nas áreas prioritárias de ameaças de doenças infecciosas, transições ambientais e saúde, origens das doenças, saúde e doenças nos extremos da vida. A data limite para inscrições: 12 de agosto. Interessados devem enviar e-mail para inceptionphase@fiotec.fiocruz.br, informando na mensagem o título da oportunidade, destacado acima em azul. Recursos totais de 200 mil euros; período de execução: até dois anos. Edital

completo em: Pasteur Excellence in Research and Leadership Program (PERL) (https://us.list-manage.com/zUug_hjqEY7?e=413a35009c&c2id=e8a12ba3e731ac5dd9a46f1dd15eb935)

2. Subvenções de impacto da OMS/TDR para prioridades regionais (2026/2027)

O objetivo é apoiar a eliminação de doenças transmissíveis na América Latina e Caribe por meio de propostas que facilitem e fortaleçam a pesquisa com abordagem integrada e multicêntrica. Data limite de inscrições: 5 de agosto. Financiador: OMS/OPS e TDR. Envie e-mail para inceptionphase@fiotec.fiocruz.br, informando na mensagem o título da oportunidade, destacado acima em azul. Valor: US$ 30 mil por proposta selecionada; período de execução: entre 12 e 18 meses. Edital completo em: Subvenções de impacto da OMS/TDR para prioridades regionais (2026/2027) (Salesforce)

Seminário Avançado da Fiocruz debate *Agenda 2030* no dia 29 de julho

Com participação de importantes pesquisadores e gestores brasileiros, os *Seminários* vão discutir onde estamos com relação à *Agenda 2030 e seus ODS*, e para onde vamos, depois da realização do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável 2026 (HLPF, na sigla em inglês), que avaliou em profundidade os ODS 6, 9, 9, 11 e 17, além de documentos analíticos das Nações Unidas e Relatórios Nacionais Voluntários de 26 países, inclusive do Brasil.



Instituto Nacional de Saúde de Moçambique inaugura Escola de Saúde Pública com apoio da Fiocruz e Ministérios da Saúde do Brasil e Moçambique firmam acordos

A Fiocruz participou, entre 11 e 14 de julho, do início da atuação da *Escola de Saúde Pública de Moçambique (ESP)*, iniciativa voltada ao fortalecimento da formação de profissionais e do Sistema Nacional de Saúde daquele país. A Fiocruz participa da comitiva do Ministério da Saúde. A criação da Escola de Saúde Pública integra os esforços do governo de Moçambique para ampliar a qualificação de recursos humanos em saúde e fortalecer a capacidade institucional do país. A iniciativa está alinhada aos compromissos do *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP) e à recente



designação do *Instituto Nacional de Saúde (INS) de Moçambique* como Centro de Excelência do Centro Africano para o Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC) para a formação em saúde pública dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop).

A programação incluiu a assinatura de *memorandos de entendimento entre o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique e instituições parceiras* nas áreas de transformação digital, pesquisa e formação em saúde. Ademais, os *Ministérios da Saúde do Brasil e de Moçambique* assinaram memorandos de entendimento que ampliam a cooperação técnica entre os dois países, consolidando parcerias em áreas estratégicas como política de sangue e hemoterapia, prevenção e tratamento do câncer, ampliação da produção de medicamentos e vacinas, formação de profissionais, saúde digital e desenvolvimento institucional dos sistemas públicos de saúde. Outro destaque da agenda foi a assinatura de acordo de cooperação entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a autoridade reguladora de medicamentos de Moçambique.



O presidente da Fiocruz, Mario Moreira, afirmou que “a cooperação com Moçambique, para além de uma cooperação técnica, é para o desenvolvimento de ambos os países. Acreditamos firmemente que este tipo de cooperação, numa perspectiva de justiça social, permite às pessoas terem acesso à melhor saúde possível”. Moreira acrescentou que “a escola já nasce contemporânea, antenada com os grandes desafios de saúde pública que estão colocados em escala global, em escala do continente africano, em escala de Moçambique, e se apoia fortemente em tecnologias digitais”. (Fonte: Agência Fiocruz de Notícias, 13/07/2026)

Ministério da Saúde atualiza com OPS o marco normativo da cooperação técnica internacional

Após 15 anos, o *Ministério da Saúde* atualiza o *marco normativo da Cooperação Técnica Internacional*, fortalecendo a governança dos projetos desenvolvidos com organismos internacionais e adequando sua gestão aos atuais referenciais institucionais e estratégicos. O ministro *Alexandre Padilha* e o Diretor da Organização Panamericana da Saúde, *Jarbas Barbosa*, firmam documento no dia 29/07 na sede da OPAS, em Brasília. O movimento é de fortalecimento da cooperação técnica do Brasil com a OPAS/OMS, considerando que o Brasil conta hoje com 27 Centros Colaboradores designados, o maior número da região das Américas.

DG da OMS Tedros Adhanom é homenageado pela Fiocruz com o título de Doutor *Honoris Causa*



Na próxima semana, o DG da OMS receberá seu título de *Doutor Honoris Causa da Fiocruz*, concedido pelo Conselho Deliberativo da instituição. O título foi concedido pelo reconhecimento das inúmeras contribuições do dr. Tedros à saúde global ao longo do último decênio, e numa conjuntura de redução drástica de financiamento e questionamentos (injustos) quanto à necessidade de sua existência e sua legitimidade.

26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026) se realiza na próxima semana no Rio

A *26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026)* ocorrerá no Riocentro, no Rio de Janeiro, e de forma virtual, entre os dias 26 e 31 de julho de 2026. Com o tema oficial *"Repensar, Reconstruir, Ascender"*, o evento abordará a crise global de financiamento e o futuro das inovações e do acesso à saúde. A programação organizada pela *International AIDS Society (IAS)* reunirá pesquisadores, gestores, profissionais de saúde e ativistas para fortalecer a resposta global ao HIV. Trata-se do maior evento sobre AIDS no mundo, com centenas de conferências magnas, painéis, mesas-redondas às quais acorrerão mais de 10 mil participantes de mais de 80 países. Para acessar a programação completa ou conferir as modalidades de participação, acesse o site oficial da AIDS 2026 da International AIDS Society (IAS) https://www.iasociety.org/conferences/aids2026. A IAS é presidida pela pesquisadora do Instituto Nacional de Infectologia da Fiocruz, dra. Beatriz Grinsztejn. A Aids 2026 terá formato híbrido, com possibilidade de participação virtual ou presencial, com inscrições abertas pelo site oficial. Expressivos nomes da saúde e de outras áreas são esperados como conferencistas e painelistas, entre os quais o DG da OMS, Tedros Adhanom; o diretor da OPS, Jarbas Barbosa; a diretora executiva da UNAIDS, Winnie Byanyima; o prêmio Nobel de economia, Joseph Stiglitz; entre muitos outros gestores, pesquisadores e ativistas sociais

18º Congresso Mundial de Saúde Pública em Cape Town de 6 a 9 de setembro próximo

O *18º Congresso Mundial de Saúde Pública* será realizado de 6 a 9 de setembro de 2026, na Cidade do Cabo, África do Sul. Organizado pela *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)* e pela Associação de Saúde Pública da África do Sul (PHASA), este evento de prestígio reunirá profissionais de saúde pública, formuladores de políticas e defensores da área de todo o mundo para abordar os desafios globais de saúde mais urgentes. O tema do congresso,

"*Saúde Sem Fronteiras: Equidade, Inclusão e Sustentabilidade*", reflete a necessidade urgente de ação coletiva em um mundo marcado por guerras, instabilidade política, epidemias e injustiças sistêmicas. A programação procura cobrir todos estes temas desafiadores. Principais subtemas do Congresso são: 1) Equidade na saúde pública: Enfrentar disparidades e garantir o acesso à assistência à saúde para todos; 2) Inclusão e diversidade: Promover políticas e práticas inclusivas na saúde global; e 3) Sustentabilidade e resiliência: Construir sistemas de saúde sustentáveis para proteger as pessoas. Para conhecer todo o programa e se inscrever acesse: https://www.wfpha.org/world-congress-on-public-health/



Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH),* associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, sua 18ª. conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Os congressos do CUGH e da ALASAG já se transformaram em reconhecidos espaços de intercâmbio e informação em saúde global. Ambas as instituições esperam grande participação de latino-americanos pela proximidade com Lima. Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Saúde pública brasileira lamenta perda da demógrafa e sanitarista Elza Berquó



A *Profa. Dra. Elza Berquó* foi a grande responsável por institucionalizar a Demografia no Brasil. Sua produção acadêmica é referência internacional. Pioneira nos estudos de fecundidade, transição demográfica, gênero, raça e saúde reprodutiva, Elza coordenou grandes pesquisas nacionais e formou dezenas de mestres e doutores que hoje lideram a demografia e as ciências sociais no país e internacionalmente. Membro da Academia Brasileira de Ciências e agraciada com prêmios nacionais e

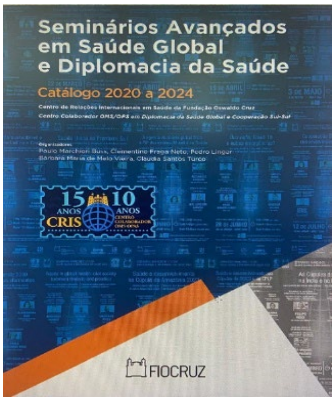
internacionais, Elza unia excelência científica a um profundo compromisso com as políticas públicas e com a formação de quadros para o país e para a universidade pública. Agigantou-se sempre na defesa da democracia, da igualdade e da justiça social. Graduada em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), mestre em Estatística pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Bioestatística pela Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, foi professora titular da USP, pesquisadora do CEBRAP e, em 1982, fundou o NEPO (Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – NEPO/ UNICAMP), do qual foi diretora por muitos anos. Elza deixa o maior legado: uma instituição de excelência, plural e comprometida com a pesquisa rigorosa a serviço da sociedade. Sua obra seguirá como base fundamental para as próximas gerações de pesquisadores. Faleceu em 16 de julho de 2026. Os *Cadernos* registram, pois não podemos esquecer esta brava mulher brasileira.

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

===*===

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "*estranha mania de ter fé na vida*"; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo "*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 24 de julho de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar
Editor e editores-associados
Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde